

## O REFÚGIO EM DEBATE: PERSPECTIVAS SOBRE A INSERÇÃO DO TEMA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

*The Refuge in Debate: perspectives on the insertion of the subject in the International Relations*

Rachel Silva da Rocha Coutinho<sup>1</sup>

Raquel Araújo de Jesus<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup>Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** rachelrcoutinho@gmail.com. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-6162-4990>

<sup>2</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** araujojaquel@gmail.com. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-6839-6177>

Recebido em 10 jan.2019 | Aceito em 17 set.2019

## RESUMO

Em todo o mundo, pessoas foram e são forçadas a migrar pelos mais diversos motivos. No entanto, a questão do refúgio adquiriu importância no cenário político internacional apenas com o fim da II Guerra Mundial. No âmbito das Relações Internacionais (RI), os debates que vêm sendo conduzidos sobre a temática, embora apresentem abordagens distintas, possuem como pano de fundo uma mesma pergunta: qual é o lugar do indivíduo na arquitetura do sistema internacional? Argumenta-se que a resposta a esse questionamento implica não apenas nas “soluções” políticas conferidas ao “problema” do refúgio, mas também ao tipo de engajamento teórico empregado em sua discussão. Neste sentido, o texto aborda a inserção do refúgio nas RI por meio de quatro chaves interpretativas: segurança/proteção, emergência, fronteira e mobilidade. Longe de um esgotamento do tema, o objetivo é apresentar um panorama dos debates sobre refúgio nas RI, possibilitando ao leitor perspectivas variadas acerca do tema.

**Palavras-chave:** Refúgio; Relações Internacionais; Debate.

## ABSTRACT

Throughout the world, people have been and are forced to migrate for a variety of reasons. However, the issue of refuge became important in the political arena only in the end of World War II. In the realm of International Relations (IR), The debates that have been conducted on the subject, although presenting different approaches, have the same question in the background: what is the place of the individual in the architecture of the international system? It is argued that the answer to this question implies not only the political “solutions” given to the “problem” of the refuge, but also the type of theoretical engagement employed in its discussion. In this sense, the text addresses the insertion of refuge in IR through four interpretative keys: security / protection, emergency, border and mobility. Far from an exhaustion of the theme, the objective is to present an overview of the debates about refuge in IR, providing the reader varied perspectives on the theme.

**Keywords:** Refuge; International Relations; Debate.

## INTRODUÇÃO

Atualmente, a questão dos refugiados tem dominado as colunas internacionais dos principais jornais do mundo, sendo recorrente também em diversas esferas governamentais e acadêmicas, especialmente após o início da guerra civil na Síria em 2011 e da chegada dos solicitantes de refúgio no continente europeu. O último relatório do ACNUR revela que existem cerca de 25,9 milhões de refugiados no mundo (ACNUR, 2019), acabando por contribuir (ainda que esta não seja a intenção) para uma tensão acerca de uma possível crise do refúgio no século XXI. Tais comentários têm tomado parte da grande mídia, sendo defendidos também por alguns membros da Academia, políticos e figuras importantes dos principais organismos de proteção.

No âmbito das Relações Internacionais (RI), a discussão tem sido marcada por abordagens distintas. Enquanto uns autores analisam a questão do refúgio a partir do repertório de segurança dos Estados, que a identifica como uma ameaça que precisa ser contida, regulada e disciplinada; outros apresentam uma discussão sobre o que vem a ser o refugiado, buscando expandir a compreensão do termo para além dos parâmetros indicados pelo ACNUR e ampliar a proteção de migrantes que, embora estejam em condições análogas ao refúgio, estão desprovidos ou são assistidos de forma insuficiente pela comunidade internacional, como, por exemplo, os deslocados internos<sup>3</sup> e os deslocados por motivos de desastres ambientais e econômicos.

De forma com que o debate sobre o refúgio nas RI é demasiado amplo e complexo, um esgotamento do tema não seria possível de ser realizado através deste artigo. Nossa proposta consiste em evidenciar como diferentes abordagens sobre a temática têm sido desenvolvidas no campo nos últimos anos a partir de uma mesma pergunta a central: *qual é o lugar do indivíduo na arquitetura do sistema internacional?* Neste sentido, ao longo do texto serão abordadas quatro grandes chaves interpretativas, sendo elas: segurança/proteção, emergência, fronteira e mobilidade. O objetivo é apresentar um panorama geral dos debates sobre refúgio nas RI, possibilitando ao leitor um conhecimento basilar acerca da inserção da temática na área.

Seriam os refugiados frutos de uma falência do sistema de segurança e proteção dos Estados? Ou uma mera produção do modelo westfaliano? Estariam eles sinalizando uma nova forma de organização do sistema internacional? Seria isso uma ameaça aos Estados? Estes são alguns dos questionamentos que emergiram ao longo da escrita deste artigo e que, de alguma forma, tangenciam as discussões aqui realizadas.

## SEGURANÇA/PROTEÇÃO

Com o fim da Guerra Fria, a agenda de segurança foi ampliada, incorporando novos temas e ameaças (Buzan e Hansen 2009, p. 48). As questões securitárias adquiriram uma nova centralidade na agenda política e os Estados passaram a legitimá-las por meio do discurso de proteção. Foi neste contexto que as migrações (em especial as forçadas, como o refúgio) entraram na pauta como um problema de segurança, tendo em vista que, mesmo diante de uma intensificação do processo de globalização, a ordem interna e internacional continuavam a ser uma prerrogativa dos Estados.

Neste contexto, conforme indicado por Elizabeth Ferris (2011), o binômio segurança/proteção se tornou objeto de disputa entre diferentes atores, sendo eles: militares, policiais, organizações não-governamentais e/ou demais instituições que atuam em questões humanitárias e de direitos humanos. De forma com que segurança e proteção são elementos usualmente vinculados à defesa do território e das fronteiras (Bigo 2007, p. 98), muitos Estados

---

<sup>3</sup> Pessoas ou grupos de pessoas forçadas ou obrigadas a fugir de seus domicílios ou dos locais em que residiam habitualmente, particularmente em consequência de, ou com vistas a evitar, os efeitos de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres naturais ou provocados pelo homem, e que não atravessaram uma fronteira nacional reconhecida internacionalmente (Kalin, 2008, pp. 2).

conferem às Forças Armadas um papel predominante no desempenho desta função<sup>4</sup> e a criação de um aparato de proteção à figura do refugiado no pós-II Guerra Mundial, intensificada no pós-Guerra Fria, não escapa a este projeto.

Nesta lógica, a garantia de que os refugiados tenham acesso à assistência estatal e a direitos reduz a possibilidade de que eles se mantenham fora do controle do Estado e se tornem uma ameaça (Betts 2011, p. 2). Este tipo de assistência ocorre através do reconhecimento do *status* de refugiado e/ou do compartilhamento do “fardo” que estes possam acarretar. Na primeira alternativa, o Estado assume a responsabilidade sobre o indivíduo, conferindo-o direitos semelhantes – ao menos em tese – aos de seus nacionais. No entanto, alguns Estados podem considerar que a admissão de refugiados pode oferecer riscos à segurança interna, o que pode levar a uma política de “contenção do problema”, cujo objetivo central é tentar impedir ou evitar com que pessoas saiam de seu território de origem. Para isso, é necessário cobrir os custos políticos e financeiros dos países que mais “produzem” refugiados, especialmente sob a forma de doações de Estados e pessoas ao redor do mundo.

Longe de uma demonstração pura de generosidade, a proteção concedida por meio de ajuda ou intervenção humanitária traz retornos e, por vezes, corrobora com os objetivos estratégicos de cada Estado “doador” (Fassin 2012, p. 3). Assim sendo, a “divisão do fardo” feita pelos países do Norte é realizada de acordo com seus interesses com relação a questões como imigração, segurança e comércio, na ausência de uma regulação internacional consolidada. O papel do ACNUR (e, muitas vezes, de outras instâncias de proteção aos direitos humanos também) corrobora com essa perspectiva ao persuadir os Estados sobre como os refugiados no Sul estão substancialmente ligados aos interesses do Norte e que isto deve ser usado para dirimir as assimetrias de poder e alcançar a cooperação internacional (Betts *op. cit.*, p. 4).

O paradigma da ajuda e proteção humanitária tem a capacidade ainda de mobilizar sentimentos morais que gerem, regulam e mantêm a existência dos seres humanos, compreendendo o significado de “humanitário” tanto do ponto de vista geral – que une seres que partilham um mesmo grupo de características fisiológicas e mentais –, como também no aspecto emocional, que evoca a afetividade entre semelhantes (Fassin 2012, pP. 1-2). Um paradoxo aqui é constituído: por um lado, a ajuda dirigida aos mais pobres e vulneráveis mostra que “a política da compaixão é uma política de desigualdade”, por outro, a mobilização de sentimentos que promovem o reconhecimento do outro como semelhante revela que “a política da compaixão é uma política de solidariedade” (*Ibidem*, p. 3).

A base que constitui este novo “governo humanitário” é uma relação entre dominação e assistência proveniente da tensão entre desigualdade e solidariedade. Para Didier Fassin, essa lógica comporta, sobretudo, um problema político e uma crítica da política de compaixão torna-se necessária “(...) não por causa da atitude de superioridade que implica, mas porque sempre pressupõe uma relação de desigualdade. A razão humanitária governa vidas precárias (...)”

---

<sup>4</sup> A Operação Acolhida, uma força tarefa logística humanitária para a chegada dos venezuelanos na fronteira com o estado de Roraima (BR), é um exemplo recente desta utilização, atuando desde março de 2018.

(*Ibidem*, p. 4). A produção de vidas precárias pode sustentar, simultaneamente, uma política de exclusão e vigilância em nome da segurança, quanto legitimar intervenções e “ajudas” em nome de uma moral protetora que preza pela manutenção da ideia de humanidade associada à cidadania.

## EMERGÊNCIA

Na pré-modernidade, o nomadismo era a regra, não a exceção, e as sociedades foram constituídas através de movimentos migratórios. A concepção do sedentarismo como forma de vida ideal aparece, então, associada à emergência do Estado moderno (Isin, 2018). A tríade Estado-cidadão-território passa a ser a fundamentação e significação da vida moderna. Neste contexto, a emergência do refúgio, no pós-II Guerra Mundial, como um fenômeno contemporâneo, humanitário e de proporções significativas, é visto como um problema ou falha deste sistema internacional de Estados (Haddad, 2008). Contudo, o que idealmente é apresentado como uma estrutura de significação e identidade política a partir da constituição desse sistema passa a ser a própria condição para a existência dos refugiados.

Emma Haddad (2008) analisa que, embora os refugiados sejam vistos como uma exceção à regra de que todo indivíduo pertence a um Estado, na realidade eles são resultado das próprias fronteiras estatais, ou seja, da própria configuração do Estado moderno e, assim, um não pode ser desvinculado do outro. Por esta razão, a autora se refere aos refugiados como um *problema* entre aspas, visto que eles são produto da própria arquitetura do sistema internacional. Neste sistema, os refugiados são aqueles que vivem no *gap* (uma espécie de limbo) existente entre as soberanias, um lugar onde não é esperado que nenhum indivíduo permaneça. Deste modo, percebe-se que as políticas para refugiados são feitas, em grande parte, para restaurar a relação naturalizada de Estado-cidadão e, conseqüentemente, a solução para estes indivíduos é sempre a reterritorialização. O que se quer para um refugiado? Que ele se torne um cidadão “normal”, ou seja, pertencente a um Estado, fortalecendo esta estrutura binária de hierarquização. Vemos, então, que as chamadas “soluções duradouras” (repatriação voluntária, reassentamento e integração local), tuteladas pelo ACNUR, têm como função tanto resolver um “problema” quanto reestabelecer a relação Estado-cidadão-território que foi rompida no momento da fuga.

Desta forma, a construção do conceito de refugiado é feita a partir de políticas que o contrapõem à imagem “normal” do cidadão (*Ibidem*, p. 2). Neste sentido, a visão do refugiado como aquele que excede à normalidade pode legitimar práticas para além da legalidade, despertando certo temor e insegurança diante de discursos de que uma ameaça à segurança ou modo de vida de um certo Estado se aproxima. De fato, o “problema” do refúgio aparece frequentemente associado ao discurso de crise, fundamentando a construção de muros em regiões de fronteira e a produção de políticas restritivas que visam impedir a entrada daqueles que são indesejados. De acordo com Zygmunt Bauman (2017), o argumento de crise desperta certo pânico moral, um medo de que algo terrível possa ameaçar a vida e o bem-estar da sociedade, e, assim, a busca por “culpados” e a criação de “inimigos” podem ser entendidas como formas de desviar a ansiedade da população de problemas que os governos não podem, querem

ou conseguem gerir (*Ibidem*, p.14). Assim, a “guerra” é movida contra o refugiado, aquele que, por sua vez, ousou fugir da miséria na qual estava destinado (De Souza, 2016).

Em um mundo em constante transformação, onde o Estado-nação aparece em possível declínio e as categorias jurídico-políticas tradicionais em corrosão, Giorgio Agamben (2015) ressalta a capacidade do refugiado de sinalizar a existência de um novo cenário, de uma nova comunidade para além dos padrões westfalianos (*Ibidem*, p. 24). Daí a explicação para tanta hostilidade despejada sobre a imagem do refugiado: ela sinaliza a existência de “outros mundos”, outras possibilidades de vida para além daquelas consideradas aceitáveis na modernidade.

A instauração de práticas emergenciais por vezes é usada como resposta, permitindo que excepcionalismos possam atuar na suspensão de direitos e liberdades. Para Agamben, no século XXI, esta condição passou a constituir o verdadeiro “*paradigma de governo* dominante na política contemporânea” (Agamben 2004, p.13). Portanto, “o fato de que a exceção pode ser declarada em nome do humanitarismo é talvez, em última análise, a manifestação de uma característica notável e irônica do mundo contemporâneo: a rotinização da exceção e sua justificação por motivos humanitários” (Fassin 2012, p.183). Nela, ocorre a naturalização e repetição de excepcionalismos que a comunidade internacional jurou não mais praticar desde o fim da II Guerra Mundial. Estes excepcionalismos são a base da ordem constituída sobre o que chamamos de modernidade, onde a ação soberana do Estado é evocada para agir e decidir em nome da manutenção de sua ordem.

A constituição do ordenamento político moderno é marcada por inclusões e exclusões, da formação de um “nós” *versus* “eles”. Essa relação produz o que Agamben chama de *homo sacer*, sujeito que foi excluído da lei, mas se posiciona em uma condição limite, na fronteira entre diferentes mundos, entre a vida humana propriamente qualificada e a morte (Neal 2014, p. 80). O *homo sacer*, uma vez situado nesta zona de indecidibilidade, pode ser morto sem que haja um homicídio e, uma vez que não se encontra incluso na esfera onde matar é proibido, ele também está excluído do sacrifício, “das formas normais ritualizadas de matar e punir” (Agamben 2002, p.85). Assim, a exclusão ocorre não apenas como uma forma de manter o corpo político estatal coeso por meio da submissão, expulsão e eliminação dos que não obedecem (ou parecem não obedecer) à autoridade soberana, mas como condição *sine qua non* para a afirmação dos Estados e do sistema internacional (Haddad, 2008).

## FRONTEIRA

A despeito do discurso contemporâneo de um mundo globalizado e livre de fronteiras, esse processo traz consigo suspeita e medo. Conforme ressaltado anteriormente, há restrições ao movimento de pessoas pelos Estados em suas periferias através de controles estritos de fronteira, como cercas de arame farpado, muros, paredes e câmeras de segurança, que se apresentam como a ordem do dia, em especial nas partes mais ricas do mundo.

A ideia de fronteira é espelhada na literatura acadêmica que descreve um mundo onde os interiores das sociedades são claramente distinguidos do exterior (Doty 2014, p. 209). Em um mundo dividido em Estados-nação, fronteiras são reconhecidas como limites que separam

unidades territoriais soberanas que concentram em seu interior certo modo de vida, representando uma identidade figurada em termos de princípios legais, políticos, sociais e culturais, cuja expressão final é a cidadania (*Ibidem*). As fronteiras são onipresentes e parte constitutiva da vida política (Vaughan-Williams 2009, p. 1). Elas são inerentes às lógicas de dentro e fora, práticas de inclusão e exclusão, de identidade e diferença, produzidas e reproduzidas a partir das dinâmicas políticas e contingências históricas que demarcam o imaginário geopolítico moderno (*Ibidem*, p. 2).

Restrições à mobilidade que priorizam os direitos dos cidadãos sobre os direitos humanos levam à práticas violentas e, muitas vezes, à morte de pessoas em condição de vulnerabilidade. O que a realidade reflete é que, longe de uma remoção das fronteiras, o que aconteceu foi que elas foram transpostas para outras localidades (Jones 2016, p. 17). A questão torna-se ainda mais complexa no caso dos refugiados, pois sua posição ocupa um espaço “entre soberanias” (Haddad, *op. cit.*), onde existe um duplo rechaço dos Estados (seja daqueles que os perseguem ou dos que se negam a acolhê-los), mas também do sistema internacional (que imprime como única solução viável a (re)submissão do indivíduo à proteção da autoridade estatal).

As bases de sustentação do Estado-nação e do internacional moderno estão pautadas na cidadania (Walker, 2010). Todo o arcabouço de garantia de direitos do homem e as instituições a ele relacionadas corroboram para uma única solução no que se refere à proteção humana: a submissão à soberania Estado. Hannah Arendt já havia alertado acerca disso em seu livro *Origens do Totalitarismo*, em que a concepção dos direitos do homem, baseada na existência de um ser humano, é esvaziada se não for configurada como direitos dos cidadãos de um Estado (Arendt 2012, pp. 324-336). Walker assume parte deste argumento na medida em que considera a modernidade como uma particularidade incorporadora da humanidade e da universalidade na esfera estatal, vinculando a condição humana à detenção de uma cidadania (Walker *op. cit.*, pp. 56-57).

A existência de uma fronteira que distingue o humano e o não-humano, o cidadão e o bárbaro, aponta para as estruturas de sustentação de todo o modelo westfaliano. Mas, qual é o lugar do refugiado nessa relação? Uma primeira resposta poderia apontá-lo exclusivamente como aquele que está fora, todavia, uma relação com o poder soberano ainda é mantida, que busca (re)conduzi-lo a uma relação de obediência e proteção estatal. Neste sentido, o mais apropriado seria dizer que o refugiado se encontra “na fronteira”, entre soberanias (Haddad, 2008), local marcado pela “incerteza do momento” e pelo “devir imediato” da vida nua (Agier 2015, p. 20).

Dentro de um sistema internacional cujo cerne são as dicotomias e zonas cinzentas entre o que é interno e externo, o refugiado evidencia o choque entre o nacional e o cosmopolita, entre o doméstico e o internacional. A posição do refugiado é justamente nessa fronteira, onde, escapando da tradicional relação de submissão ao Estado, ele se torna um ator no cenário internacional e, conseqüentemente, um “problema” não apenas para os Estados, mas para toda a ordem sobre eles constituída. A fronteira, então, se apresenta como um componente físico e



como espaço de decisão. A vida nua nela expressa não representa apenas uma relação entre a vida e a soberania, mas também um choque real onde há uma oposição de legitimidades, do mundo aberto a “proteção face à ‘miséria do mundo’” (Agier *op. cit.*, p.25).

## MOBILIDADE

Por que as pessoas não podem simplesmente sair de um lugar e ir para outro em busca de uma vida melhor? (Reis, 2004). Essa é uma pergunta bastante coerente se pensarmos numa lógica liberal em que indivíduos buscam sempre a maximização de seus benefícios. No entanto, Estados, como associações que detém o monopólio do político (Schmitt, 1992) e da violência (Weber, 1979), também requerem para si o controle da legitimidade da mobilidade, visto que ela se constitui um dos fundamentos da soberania (Reis *op. cit.*). A autonomia do Estado no campo das migrações é uma questão central para o direito internacional, a despeito de o artigo 13º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) estabelecer, em seu 2º inciso, que “toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país” (ONU, 1948). Assim, pensar o refúgio, nas Relações Internacionais, a partir da chave “mobilidade” nos leva a duas formas distintas de analisar a questão.

Por um lado, podemos pensar a mobilidade humana a partir de uma ótica que possui o Estado e o direito internacional como elementos centrais. A partir desta perspectiva a mobilidade é vista como atividade potencialmente criminosa e, desta maneira, pode levar alguns indivíduos a serem considerados ilegais por sua mera existência. Mas qual seria a razão pela qual os Estados criminalizam a migração se ela é considerada um direito constituído, ao menos formalmente, por instâncias internacionais criadas por estes mesmos mecanismos estatais? A invenção moderna do Estado-nação, como anteriormente afirmado, vincula a humanidade à cidadania (Walker 2010, pp. 56-57). Neste sentido, apresentações alternativas a essa tradicional concepção do humano são submetidas a um estrito regime de controle ou fortemente combatidas. O que foge ao padrão aceitável de mobilidade, que passa pelo controle do Estado, é classificado como ilegal. Neste sentido, Roxanne Lynn-Doty afirma que “nem todo movimento é bem-vindo e muitas vezes encontra oposição forte e, por vezes, feia. Isto fica mais óbvio quando se trata do movimento de pessoas que, por várias razões, não têm a devida autorização” (Doty 2014, p. 201).

O refúgio, por sua vez, embora longe de ser uma questão “bem resolvida”, parece ser mais tolerável para grande parte dos Estados. Essa “mobilidade tolerada”, então, deve estar sempre circunscrita, concedida dentro de uma definição específica e sob intensa vigilância. Desta maneira, o refugiado deve, para obter algum tipo de proteção, ser reconhecido pelo ACNUR e se submeter às regras impostas pelo Estado que o acolher sem, necessariamente, desfrutar de todos os direitos concedidos a um nacional deste país. Um aspecto que marca o movimento humano para além das fronteiras nacionais é a relação com uma estrutura de poder soberana capaz de decidir quem é o refugiado e qual é o seu lugar, e reconhecer quem será alvo de sua proteção. Contudo, não é possível afirmar que apenas o poder estatal está em jogo na condução do destino das vidas humanas em movimento. O regime de proteção aos migrantes é uma composição de forças na



qual Estado, instituições e direito internacional operam em conjunto e disputam espaço na arquitetura do sistema internacional.

Por outro lado, podemos pensar mobilidade como movimento, como prática e ato político e, assim, como condição de possibilidade para a emergência do novo. Neste sentido, Engin Isin (2012, 2018), analisa o deslocamento de pessoas através de uma metodologia transversal que coloca o indivíduo migrante como elemento central de análise. Os pontos de partida para a proposta do autor são considerar o deslocamento como norma e o migrante/refugiado/deslocado como sujeito político. Seu objetivo é entender como essas “vidas móveis” produzem novas condutas sociais, políticas e culturais, bem como novos conhecimentos e práticas, impulsionando, assim, mudanças políticas (Isin 2018, p.115).

Uma das críticas mais expressivas de Isin consiste em expor que grande parte daqueles que estudam migrações busca entender a mobilidade humana a partir de um ponto de vista “sedentário” (não móvel), partindo de uma noção de povo atrelada à figura de um Estado territorialmente delimitado, como se povo e território fossem duas esferas coextensivas e co-constitutivas (*Ibidem*, p.120). Assim, o desafio proposto pelo autor é pensar a mobilidade ultrapassando a noção de fronteira – de inclusão ou de exclusão – partindo do próprio movimento como elemento de análise, ou seja, do que o possibilita, e condiciona, e do que é produzido durante e após ele. Desta forma, cabe pensar mobilidade como fluxo, como uma interação dinâmica, buscando entender como essas vidas móveis se constituem com relação umas às outras e como constituem sua subjetividade política (Isin, 2012). Esta abordagem proposta seria um caminho possível para que possamos compreender como estes corpos em movimento impactam as instituições políticas, econômicas e sociais e, conseqüentemente, reconstituem o mundo que conhecemos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da temática do refúgio nas RI é um tanto complexa e diversificada. Por tal razão, uma abordagem que ressalta o posicionamento de cada corrente teórica do campo não foi pertinente para este tipo de análise. Neste sentido, a escolha das quatro chaves interpretativas – segurança/proteção, emergência, fronteira e mobilidade – possibilitou a construção de uma linha comum que perpassa todos os debates que vêm sendo desenvolvidos e que pode ser descrita através de única pergunta: *qual é o lugar do indivíduo na arquitetura do sistema internacional?*

O refúgio se torna um “problema” para as RI quando passa a ameaçar as bases da constituição do internacional moderno: a dos Estados como *locus* da humanidade. Dentro de tal lógica, seres humanos não são considerados atores internacionais, sendo suas respectivas comunidades estatais a fonte de sua subjetividade política. A existência do refugiado desafia essa lógica, mostrando que indivíduos detêm agência mesmo em um sistema internacional centrado nos Estados. Ela aponta para o passado pré-westfaliano de mobilidade não limitada pelas fronteiras nacionais e guarda em si o germe de um possível futuro, onde a vida em sociedade e a

concepção de humanidade possam ser desvencilhadas do padrão excludente estabelecido pelos Estados. Em um sistema internacional baseado em inclusões e exclusões, o “problema” do refúgio é uma consequência necessária para a construção de seu ente político contrastante: o cidadão.

A política de segurança contemporânea é pautada sobre tais aspectos e alimentada pelo discurso de crise, fomentando o medo e instaurando o estado de emergência. Sob o argumento de crise, diversos são os estereótipos e as formas sujeição e até criminalização do indivíduo em fuga. Nesta “economia moral do refúgio” (Fassin, 2015) – onde há a manipulação dos afetos, do medo, do ódio, da empatia e da gratidão – a precariedade e a (re)produção de vidas precárias é colocada como proposta política e condição de governamentalidade (Facundo, 2014). Esta condição tem permitido que excepcionalismos sejam empregados, suspendendo direitos básicos e destituindo grupos inteiros de pessoas de sua condição de humanidade.

O refugiado é uma das figuras identificadas nessa categoria. Embora uma “produção” do sistema, ele é indesejado e, portanto, torna-se alvo de controle e vigilância, mesmo estando por vezes excluído de condições mínimas de proteção. A criação de instâncias internacionais como o ACNUR para o controle e cuidado dessas pessoas opera em um duplo sentido: oferecendo condições básicas de subsistência nos campos, mas também recenseando e fiscalizando o destino de cada uma delas. As “soluções” oferecidas ao “problema” estão sempre relacionadas com a devolução dessas vidas ao “amparo” do Estado, seja por reassentamento, repatriação ou integração local.

Desta maneira, o artigo buscou mostrar que a questão do refúgio é central para as discussões atuais no âmbito das RI. No entanto, a posição aqui declarada é ainda mais contundente: da impossibilidade de discussão das origens epistemológicas do sistema internacional sem levar em conta o “problema” do refúgio. A figura do refugiado concentra em si distintas historicidades e temporalidades, contrapondo-se ao modelo ahistórico e atemporal conferido aos tradicionais mitos do Estado moderno. Ela questiona a forma e o lugar destinado aos indivíduos na arquitetura do sistema internacional moderno. O próprio questionamento sobre se os seres humanos podem ser atores neste sistema, detendo alguma forma de agência, é, por si, revolucionário e emancipatório. Neste sentido, o refúgio é visto como um “problema” porque a existência de um único ser humano na fronteira mostra novas possibilidades de vida e ação política, revelando as fraturas de um sistema que produz o germe de sua própria ruína.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alto Comissariado das Nações Unidas Para Refugiados. (2019) *Global Trends*. Disponível em:<<https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5d08d7ee7/unhcr-global-trends-2018.html>> Acesso em: 24 ago. 2019.

Agamben, G. (2015) *Meios sem fim: notas sobre a política*. Tradução de Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica.

\_\_\_\_\_. (2002) *Homo Sacer: o poder do soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG.

\_\_\_\_\_. (2004) *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo.

Agier, M. (2015) *Migrações, Descentramento e Cosmopolitismo: uma antropologia das fronteiras*. São Paulo: EDUFAL; Editora da Unesp.

Arendt, H. (2012) *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Bauman, Z. (2017) *Estranhos à Nossa Porta*. São Paulo: Zahar.

Betts, A. & Loescher, G. (eds). (2011). *Refugees in International Relations*. Oxford: Oxford University Press.

Bigo, D. (2007) 'Protection: security, territory and population', in: J. Huysmans, A. Dobson and R. Prokhovnik (eds). *The Politics of Protection: sites of insecurity and political agency*. London: Routledge.

Buzan, B. & Hansen, L. (2009) *The Evolution of International Security Studies*. Nova York: Cambridge University Press.

Kalin, W (2008). *The Guiding Principles on Internal Displacement*: Annotations. Disponível em: <[https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/spring\\_guiding\\_principles.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/spring_guiding_principles.pdf)>. Acesso em: 7 set. 2019.

De Souza, F. T. (2016). *A Crise do Refúgio e o Refugiado como Crise*. Tese (Doutorado em Direito) – Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro;

Doty, R. L. (2014). 'Why is people's movement restricted?' In Edkins, Jenny; Zehfuss, Maja. *Global Politics: A New Introduction*. London: Routledge;

Fassin, D. (2012) *Humanitarian Reason: A Moral Reason of the Present*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press;

\_\_\_\_\_. (2015) "La economía moral del asilo. Reflexiones críticas sobre la 'crisis de los refugiados' de 2015 em Europa". *Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares*. LXX (2), pp.277-290, jul-dez;

Ferris, E. G. (2011) *The Politics of Protection: The Limits of Humanitarian Action*. Washington DC: The Brookings Institution Press;

Haddad, E. (2008) *The refugee in international society: between sovereigns*. Cambridge: Cambridge University Press.

Isin, E. (2012) "Enacting Citizenship". In *Citizens without frontiers*. Bloomsbury Academic, pp. 108-146.

\_\_\_\_\_. (2018) 'Mobile Peoples: transversal configurations', in: *The Transformative Forces of Migration: Refugees and the Re-Configuration of Migration Societies*, edited by Ulrike Hamann and GökçeYurdakul. Germany: Humboldt University of Berlin. 6 (1), pp. 115-123;

Jones, R. (2016) *Violent Borders: refugees and the right to move*. London: Verso;

Navia, A. F. (2014) *Êxodos e refúgios: colombianos refugiados no sul e sudeste do Brasil*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional/PPGAS, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Neal, A. (2010) *Exceptionalism and the Politics of Counter-Terrorism: liberty, security and the War on Terror*. Nova York: Routledge.

Organização das Nações Unidas. (1948) *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <[http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Reis, R. (2004) “Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55.

Schmitt, C. (1992) *O Conceito do Político*. Petrópolis/RJ: Vozes.

Vaughan-Williams, N. (2009) *Border politics: the limits of sovereign power*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Walker, R. B. J. (2010) *After the globe, before the world*. London: Routledge.

Weber, M. (1979) ‘A Política como Vocação’. In *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.